Desenho animado para crianças

Descrição gerada automaticamente com confiança média

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Desenho animado para crianças

Descrição gerada automaticamente com confiança média

**MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais**

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

|  |
| --- |
| **A) IDENTIFICAÇÃO GERAL** |
| **Empresa** |
| **Sede:** Cidade/UF |
| **Tipo de estatal:** empresa pública, sociedade de economia mista ou subsidiária. |
| **Acionista controlador:** xxx (se outra subsidiária, indicar também o nome da holding). |
| **Tipo societário:** sociedade anônima, sociedade limitada ou não definido. |
| **Estrutura de capital:** aberto ou fechado. |
| **Abrangência de atuação:** local/regional/nacional/internacional |
| **Setor de atuação:** financeiro, participações, petróleo, energia, infraestrutura, comunicação, abastecimento, saúde, pesquisa, tecnologia da informação, indústria ou serviços. |
| **Conselheiros(as) de Administração subscritores da Avaliação:** nome. |
| **Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração subscritores da Avaliação:** nome e cargo. |
| **Data da avaliação:** XX/XX/20XX. |
| **Período avaliado:** 01/01/20XX a 31/12/20XX, por exemplo. |
|  |

|  |
| --- |
| **B) AVALIAÇÃO DE MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS DAS EMPRESAS ESTATAIS – UMA EXIGÊNCIA LEGAL** |
| A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige que o estatuto social das companhias disponham, dentre outros assuntos, sobre a “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo”.  O art. 10 da mesma lei (e também o art. 21, inciso III, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016) determina que a empresa pública e a sociedade de economia mista devem criar comitê de elegibilidade estatutário para verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos conselheiros fiscais, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.  O Decreto nº 8.945/2016, em seu art. 24, inciso III, determina que o estatuto social das empresas estatais contemple regras mínimas relacionadas à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos membros estatutários.  O objetivo é avaliar o desempenho individual do(a) membro(a) do Comitê de Auditoria Estatutário e estabelecer, se necessário for, um programa de treinamento e desenvolvimento voltado para o desempenho de suas atribuições. Além disso, a partir da avaliação, institui-se um importante instrumento não só de identificação e correção de desvios, como também de prevenção e direcionamento da futura composição do órgão colegiado, alinhando-a à estratégia mais eficiente e eficaz da empresa. |

|  |
| --- |
| **C) PREMISSAS BÁSICAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO** |
| O princípio básico do processo é avaliar a contribuição de cada membro do Comitê de Auditoria Estatutário para a efetividade e aprimoramento do colegiado no que diz respeito às funções e responsabilidades aceitas como suas e pré-definidas nos instrumentos legais, estatuto e regimentos internos.  Entretanto, **deve haver segurança suficiente para que as avaliações não sejam objeto de retaliação ou constrangimento entre os agentes de governança**. Nesse sentido, é fundamental que os resultados sejam enviados de forma segura para uma fonte neutra, em que serão processados e da qual retornarão de forma consolidada para discussão e uso pelas instâncias competentes da empresa.  O Processo de Avaliação Individual recomendado segue as seguintes premissas:  I) A avaliação individual tem o propósito de examinar a atuação de cada membro(a) do Comitê de Auditoria Estatutário para verificar se ele(a) está contribuindo, efetivamente, para o melhor desempenho do colegiado. É uma oportunidade de reforço da responsabilidade de cada membro(a) e de conscientização sobre o impacto individual na dinâmica e funcionamento do grupo.  II) O tipo de avaliação aplicada é a interna.  III) As avaliações devem ser conduzidas pelo(a) **Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário e/ou pelo(a) Presidente do Conselho de Administração**,que pode contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.  IV) Os(As) avaliados(as) são os(as) membros(as) do Comitê de Auditoria Estatutário individualmente.  V) A técnica de coleta de dados empregada é o questionário, com perguntas fechadas. As questões foram construídas considerando 6 dimensões:   1. Formação, competência técnica e conhecimento da empresa; 2. Atuação; 3. Ética e governança corporativa; 4. Dever de monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa; 5. Dever de supervisionar as atividades de auditoria interna e auditoria independente e avaliar sua independência; e 6. Dever de supervisionar as atividades de controles internos e de avaliar e monitorar as atividades de gestão de riscos.   VI) O presente formulário consiste apenas em modelo com vistas a nortear as avaliações, razão pela qual é facultado à empresa incluir, excluir ou adaptar as questões deste questionário de avaliação, caso entenda pertinente.  VII) A avaliação é subscrita pelo(a) condutor(a) do processo e pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa.  A seguir, são apresentados os quesitos que compõem o questionário de avaliação. |

|  |
| --- |
| **D) FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO** |
| ***DIMENSÃO I - FORMAÇÃO, COMPETÊNCIA TÉCNICA E CONHECIMENTO DA EMPRESA***  *1. Demonstra possuir formação, experiência e competência técnica para o exercício da função, bem como conhece o campo de atuação e os negócios da empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *2. Participa de programas de treinamento voltados, por exemplo, para legislação societária e de mercado de capitais; contabilidade, gestão de riscos, controle interno, código de conduta, Lei nº 12.846/2013, governança corporativa, licitações e/ou para outros temas relacionados às suas atribuições ou que lhe possam agregar valor?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  ***DIMENSÃO II - ATUAÇÃO***  *3. Desempenha sua função de forma íntegra e transparente?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *4. Demonstra habilidade e independência para questionar a Diretoria Executiva e agir quando necessário?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *5. Conhece sua posição na hierarquia da empresa e considera essa posição quando do desempenho de suas funções?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *6. Apresenta argumento e competência suficientes para convencer a administração sobre pontos de vista divergentes?*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *7. Estabelece uma boa comunicação com os demais órgãos de governança da empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *8. Contribui para que o Conselho de Administração receba relatórios periódicos tempestivos, de conteúdo relevante e focados em temas importantes para o desempenho das atribuições daquele colegiado?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *9. Demonstrou assiduidade e pontualidade nas reuniões periódicas do Comitê e naquelas realizadas com outros órgãos no decorrer do exercício findo?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *10. Demonstra preparo nas discussões dos assuntos tratados nas reuniões?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Não se aplica*  *Não se aplica*  *Não se aplica*  *Não se aplica*  *Não se aplica*  *Sim*  ***DIMENSÃO III - ÉTICA E GOVERNANÇA CORPORATIVA***  *11. Atua na condução de ações de prevenção e detecção de condutas inadequadas e na promoção de uma cultura de incentivo, valorização e reconhecimento do comportamento ético, bem como do cumprimento de leis e regulamentos e dos padrões definidos pela empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Não se aplica*  *Sim*  *12. Demonstra conhecer as melhores práticas de governança corporativa e as utiliza em benefício da empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *13. Contribui para que os princípios da boa governança corporativa – equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa – sejam aplicados na empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *14. Atua de forma independente em sua responsabilidade de modo a preservar os interesses da empresa e dos acionistas?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *15. Cumpre seus deveres com diligência, responsabilidade, lealdade e isento(a) de conflito de interesse?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  ***DIMENSÃO IV - DEVER DE MONITAR A QUALIDADE E A INTEGRIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS INFORMAÇÕES E MEDIÇÕES DIVULGADAS PELA EMPRESA***  *16. Atua efetivamente nas ações relacionadas ao monitoramento da qualidade e integridade da informação contábil?*  *Não*  *Sim*  *Não se aplica*  *Atende parcialmente*  *17. Contribui efetivamente para a formação de opinião do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anual e sobre o Relatório de Administração da empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não*  *Sim*  *Não se aplica*  ***DIMENSÃO V - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE E AVALIAR SUA INDEPENDÊNCIA***  *18. Acrescenta valor nas ações do Comitê de Auditoria Estatutário relacionadas ao monitoramento da qualificação e do desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Independente?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *19. Contribui efetivamente para a formação da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário relacionada à independência da Auditoria Interna?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *20. Enriquece as discussões do Comitê de Auditoria Estatutário e contribui para a formação da opinião relacionada à adequação e à qualidade dos serviços prestados pelos auditores independentes?*  *Não*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Sim*  ***DIMENSÃO VI - DEVER DE SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES DE CONTROLES INTERNOS E DE AVALIAR E MONITORAR AS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RISCOS***  *21. Contribui para a formação da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário sobre a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos da empresa?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim*  *22. Agrega valor às ações do Comitê de Auditoria Estatutário relacionadas ao monitoramento da conformidade da empresa no cumprimento de leis, normas e regulamentos?*  *Atende parcialmente*  *Não se aplica*  *Não*  *Sim* |

|  |
| --- |
| **BIBLIOGRAFIA** |
| BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 1 jul. 2016.  \_\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 4 jan. 2017.  INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Avaliação de conselhos:** recomendações práticas. São Paulo: IBGC Orienta, 2020. 55 p. Disponível em: https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24358. Acesso em: 15 dez. 2022.  OECD. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa de empresas estatais:** edição 2015. Paris: OECD Publishing, 2018. https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt. Acesso em: 26 dez. 2022. |